

RUBEM BRAGA

CULTURA E FAROL

1232
ROBERTO Magalhães ganhou, com suas gravuras, o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro no Salão de 1966. Esse prêmio é de 500 dólares mensais durante um ano, além de ajuda de custo para viagem. Essa ajuda de custo está desatualizada: é de apenas 240 cruzeiros novos, pois o Governo faz muita questão de correção monetária quando é para receber dinheiro, não quando é para pagar. Como recebeu as pensões correspondentes a 3 meses, Roberto embarcou para a Europa. Com o tempo, recebeu mais 5 meses. Depois não recebeu mais nada. Ficou sem dinheiro, passando dificuldades em Paris, durante 4 meses, na maior bananosa. Fêz uma exposição em Londres, conseguiu vender algumas gravuras e tratou de embarcar de volta, desistindo do resto do Prêmio.

Douglas Marques de Sá ganhou o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro de Pintura em 1966. Recebeu o mesmo que Roberto Magalhães, depois ficou entalado em uma pensão em Roma, sem poder pagar o quarto, na humilhante situação de ter de apelar para os diplomatas e pessoas da colônia brasileira para não morrer de fome.

Amílcar de Castro ganhou o mesmo Prêmio para escultura, em 1967. Não conseguiu receber um só tostão, mas, como também tinha ganho uma bolsa de uma fundação norte-americana, foi para os Estados Unidos em março deste ano. Até hoje não recebeu um tostão do Brasil.

Rubens Guerchmann ganhou em 1967 o mesmo Prêmio na seção de pintura. Isso foi em maio do ano passado. Até hoje não recebeu coisa alguma. Eu podia alongar essa lista, citar outros nomes, mas acho que chega.

Que há? Em primeiro lugar, o Ministro do Planejamento cortou a verba em 45 por cento — o que não devia fazer, pois, se o Governo dá prêmios, tem de pagá-los.

Um ridícula economia de menos de 80 mil cruzeiros novos, e uma indecência de ponto-de-vista cultural; qualquer pilantrinha de gabinete de Ministro, que viaja a três por dois para não fazer coisa alguma, gasta milhares de dólares à toa. Economia à custa do artista premiado que está no estrangeiro é simplesmente indignidade, pois não faz parte de planejamento nenhum reduzir artistas laureados a mendigos. Depois há a burocracia do Ministério da Educação e do Ministério da Fazenda, aqui e em Brasília, que atrasa a liberação das cotas. Se aqui ou ali o premiado encontra uma alma caridosa que se apieda de sua situação, seu caso emperra logo adiante, pois falta a assinatura de fulano ou de ciclano, não se fez o repasse ao Banco do Brasil, não se despachou ainda o processo, não se distribuiu o crédito e mais isso e mais aquilo. E enquanto isso as verbas micham com a desvalorização do cruzeiro.

Alguém descobriu que existe agora um Conselho Federal de Cultura, e apelou para ele. Teve sorte: o Secretário Executivo do Plano Nacional de Cultura, Sr. Cléo Goulart, sugeriu o destaque equivalente à verba cortada (78 milhões de antigos e pouco mais) da verba do Conselho. Relatado pelo Professor Armando S. Schnoor o processo foi retirado de pauta pelo Presidente do Conselho, o Sr. Josué Monteiro, «para estudar melhor o assunto». E enquanto o estudioso Sr. Josué Monteiro não acaba de estudar, há premiados do ano passado encravados aqui no Rio e premiados do ano atrasado passando fome no Exterior.

Não seria melhor que o Governo, que não entende bulhufas de cultura nem de arte, e não gosta mesmo dessas coisas, parasse com essa farolagem de Prêmios de Viagem, de Conselho Federal de Cultura e tudo o mais?

DN 5.9.68